

AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE¹

Aline Rejane Caxito Braga²
Dayanne Marciano Moreno³
Graciela Paro da Silva⁴
Nayara Fernandes Rodrigues Balduino⁵

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar as práticas psicológicas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que são atendidas no Programa Rede Cidadã, instituída na Base Comunitária da Polícia Militar na cidade de Cáceres– MT. Essas atividades foram baseadas nas técnicas grupais que visaram à promoção e prevenção da saúde mental, emancipação dos sujeitos a partir do desenvolvimento de uma perspectiva crítica de si e do mundo. A partir disso pode-se fortalecer o grupo, levando-o a uma adaptação ativa à realidade, com vistas a romper estereótipos, redistribuir papéis, elaborar lutos e vencer a resistência a mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Adolescentes. Técnicas Grupais. Vulnerabilidade. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar as práticas psicológicas, com enfoque preventivo, realizadas no Programa Rede Cidadã com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O trabalho com esse público implica um olhar tridimensional que inclui intervenções clínicas, pedagógicas e sociais.

Neste trabalho usou-se como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criada pela Lei 8.069 do dia 13 de julho de 1990, o qual legaliza o direito desses e define como criança a pessoa que tem até 12 anos incompletos e adolescentes aquele que se encontra na faixa dos 12 aos 18 anos incompletos de idade. É válido ressaltar que crianças e adolescentes por estarem em processo de formação física e mental precisam de condições que favoreçam esse desenvolvimento, sendo que nesse período eles se encontram vulneráveis as influências sociais.

¹Artigo Científico elaborado a partir do Estágio Profissionalizante do I do curso de graduação em Psicologia da Faculdade do Pantanal (FAPAN)

²Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do curso de Psicologia da FAPAN. E-mail: aline_caxito@yahoo.com.br

³Bacharel em Psicologia pela FAPAN e em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: dayanne_psicologia@hotmail.com.

⁴Bacharel em Psicologia pela FAPAN. E-mail: graciela.paro@hotmail.com.

⁵Bacharel em Psicologia pela FAPAN. E-mail: naayfernandes_@hotmail.com.

Por situação de vulnerabilidade entende-se também a condição de sujeitos que estão expostos à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento biopsicossocial (LESCHER 2004, p.11).

Esta situação de risco acaba se traduzindo por dificuldades na frequência e no aproveitamento escolar, nas condições de saúde de forma geral e nas relações afetivas consigo mesmo, com sua família e com o mundo, tendo como consequências a exposição a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei.

Muitas vezes estas experiências de vida facilitam a saída da família e o ingresso no circuito da rua e das instituições de abrigo. No campo da prevenção e do tratamento do uso de drogas, observa-se que esta população é bastante vulnerável às circunstâncias da violência e do tráfico. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estariam mais propensos ao abuso de drogas aqueles: sem adequadas informações sobre os efeitos das drogas; com saúde deficiente; insatisfeitos com a própria vida; com personalidade deficientemente integrada (WHO, 1993).

Neste contexto, faz-se necessário o fortalecimento de ações que se dediquem à promoção dos seus direitos, principalmente em relação à família, em situação de vulnerabilidade é o lugar onde se ouvem as primeiras falas, com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior e esta, seja como for composta, vivida e organizada é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Portanto, a família não se define pelos indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações.

Embora crianças em situação de risco façam parte de um grupo com muitas necessidades, por suas condições de vida acabam tendo dificuldades de acesso aos serviços públicos existentes em seus bairros de origem, agravando a situação de risco em que se encontram. Mediante a esse panorama, o Programa Rede Cidadã visa favorecer o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de atividades sociais que almejam a consciência crítica e a postura reflexiva para que se tornem indivíduos ativos na sociedade.

Em conformidade com os objetivos do projeto e com o papel do psicólogo social foi realizado no programa, práticas psicológicas baseadas nas técnicas grupais.

Este artigo busca refletir essas práticas de atuação do psicólogo inserido em uma instituição pública, embasada nos referenciais teóricos da psicologia social comunitária e na

compreensão da instituição no âmbito da sua estrutura organizacional, seus participantes e as atividades desenvolvidas no referido local.

2 PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

A construção da psicologia social iniciou-se a partir da iniciativa de pesquisadores das ciências sociais. Segundo Silva (2005 apud AZEVÊDO 2009), o objeto de estudo da psicologia social foi construído a partir de evidências do senso comum. Existe a necessidade de problematizar a definição de social numa perspectiva histórica, por considerar que a noção de sociabilidade e interação é apresentada pelos psicólogos como um fato natural, o que pode comprometer o desenvolvimento de teorias nesta área de conhecimento.

Quanto à atuação do psicólogo social, este tem como finalidade fortalecer os sujeitos como um cidadão de direitos e deveres, juntamente com as políticas públicas, voltando para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. Podendo assim contribuir para o resgate do *rapport* entre os sujeitos e a sociedade, trabalhada pelo psicólogo na comunidade.

O Psicólogo Social pode atuar também em instituições como o Centro de Referência de Assistência Social, (CRAS) que é uma unidade pública estatal, que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o fortalecimento do convívio sócio-familiar, e também no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que se configura como uma unidade pública e estatal, oferecendo serviços especializados e continuados como foco na família e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros). É um espaço que privilegia o trabalho da escuta e a acolhida, na tentativa de fortalecer os vínculos familiares.

O psicólogo social direciona seu trabalho de maneira que os atendimentos possibilitem autonomia na perspectiva da cidadania articulando a sua atuação em conjunto a uma equipe multidisciplinar, oferecendo serviços para a comunidade com um planejamento de acordo com a demanda de cada território, as necessidades apresentadas pelos sujeitos e seus familiares, situações apresentadas, como por exemplo, o mapeamento da ocorrência das situações de risco e vulnerabilidade.

Um dos ramos da psicologia social é a Psicologia Comunitária que surge em meados da década de 60, num período de grandes transformações, não somente na área da Saúde Mental, mas também na sociedade em geral, buscando compreender os fenômenos sociais.

De acordo com Montero (2003 apud AZEVEDO2009), a psicologia comunitária tem o objetivo de promover mudanças em um contexto diante da participação dos indivíduos. O psicólogo identifica as demandas sociais e utiliza estratégias de intervenção para facilitar o diálogo com a comunidade.

Rappaport (1977, p. 61, apud ORNELAS, 1997) refere-se à Saúde Mental Comunitária como:

Uma abordagem dos problemas comunitários que rejeita a noção de déficit, e defende o princípio do ajustamento do indivíduo ao seu meio, da relatividade cultural e da diversidade, que transforma o objetivo da intervenção social no fornecimento de recursos materiais, educacionais e psicológicos de suporte, aos indivíduos e grupos de uma comunidade que assim, podem viver segundo formas diferenciadas da sociedade em geral.

O termo Psicologia Comunitária surge em 1965, na Conferência de Swampscott-Boston, que incidiu sobre o papel dos psicólogos no movimento da Saúde Mental Comunitária. Nesta Conferência foram definidas três prioridades:

- 1- Intervir a nível de prevenção primária;
- 2- Intervir a nível da comunidade;
- 3- Intervir numa perspectiva de mudança;

A Psicologia comunitária está perante a mudança de paradigmas, pois se verifica alterações na forma de como são levantadas as questões e como são usados os métodos para se obter as respostas. Nas últimas duas décadas tem mantido o foco na criação de serviços adequados a populações em situação de vulnerabilidade, ao desenvolvimento de técnicas para a inovação de prestação de serviços e estratégias no sentido de facilitar a participação desse grupo de pessoas. Criou-se uma nova visão por parte dos psicólogos comunitários, tendo por objetivo a melhor compreensão, conceitualização e a rigorosa intervenção nos processos de melhoria do estado psicológico geral dos indivíduos. Por isso uma importante característica da psicologia comunitária é a ênfase dada à visão ecológica, ou seja, o ajustamento entre os indivíduos e os seus ambientes, podendo assim formar um grupo que se relaciona com sistemas formais e informais (ORNELAS, 1977).

A inserção do psicólogo em grupos terapêuticos tem sido de suma importância, possibilitando a reflexão psicossocial dos integrantes, fortalecendo a autoestima e as relações interpessoais, criando *rapport* e desenvolvendo a expressividade dos indivíduos.

De acordo com Bechelli (2005, p.96):

A atuação do psicólogo caracteriza-se em manter o foco na fala do grupo, apoiar os participantes que se sentem embaraçados, mediar conflitos e assegurar o cumprimento das regras estabelecidas, bem como promover sentimentos positivos que venham a auxiliar em seus processos interpessoais e interpessoais através de

seus comportamentos e reações, facilitando a tomada de decisão e certo controle sobre os medos e ansiedades que porventura possam surgir na dinâmica grupal.

Acredita-se então, que a função do psicólogo enquanto facilitador grupal está ligada a um comportamento flexível, espontâneo e coerente com o grupo.

O grupo terapêutico possibilita a troca, potencializa a subjetividade e singularidade de forma que cada um possa se expressar e perceber através deste contexto uma gama de outros problemas existentes.

Segundo Osório (2003), um grupo é um conjunto de pessoas capazes de se reconhecer em sua singularidade e que estão exercendo uma ação interativa com objetos compartilhados. Dessa interação surgem fenômenos que são denominados fenômenos grupais. A importância da grupalidade, ou seja, a disposição do ser humano em agrupar-se, torna-se congruente com a ideia de aproveitar-se do contexto grupal para a proposição psicoterápica de abordagem dos conflitos humanos. Utilizando-se de diversas técnicas, destacam-se as dinâmicas, as quais possibilitam a comunicação, a expressão de sentimentos e pensamentos.

As dinâmicas, para Lúcia Afonso (2006, p. 34-35),

(...) tem uma dimensão terapêutica, na medida em que facilita o insight e a elaboração sobre questões subjetivas, interpessoais e sociais. Tendo também uma dimensão ou potencialidade pedagógica, na medida em que deslança um processo de aprendizagem, a partir da reflexão sobre a experiência e facilitação da comunicação dos participantes.

Constitui, portanto, um campo de observação da natureza do grupo, seu desenvolvimento, as relações entre os participantes, bem como é um espaço de reflexão e resolução de problemas.

Nesse contexto conclui Vitiello (1997, p.32), “É um trabalho prático de sensibilização que possibilita maior envolvimento dos participantes em seu processo de aprendizado. A dinâmica de grupo tem se revelado excelente instrumento de educação participativa”.

A atuação do psicólogo nos grupos, especialmente na comunidade não se limita a intervenções voltadas apenas para a criança e adolescente, cabe salientar a importância de conhecer e compreender em que contexto esses sujeitos estão inseridos, sendo primordial nesse sentido o atendimento também a família.

A família é definida como núcleo primário de proteção, afeto e socialização para a criança e o adolescente. Entre as condições e eventos que mais auxiliam ou perturbam esses indivíduos atualmente estão às questões familiares: acordo e desacordo no lar, problemas de disciplina, autoridade, ajuda em momentos de crise entre outros. Muitos estudos apontam que a afetividade é à base do relacionamento familiar. Na relação entre pais e filhos, o amor e o diálogo são fatores essenciais para o funcionamento harmônico da relação.

Além desse contexto, as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; a falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, et al., 2002).

As relações dessas situações geram crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida. Estes jovens e suas famílias introjetam como atributos negativos pessoais as falhas próprias de sua condição histórico-social. De forma circular e quase inevitável este ciclo se instala reforçando-se a condição de miséria, não só no nível material, como no nível afetivo. (PEREIRA, 2009).

Podendo aparecer no campo individual, grupal e familiar, esses fatores podem estabelecer prejuízos para o desenvolvimento, ocasionando ou acentuando os comportamentos de risco. Em compensação, os recursos e as intervenções são considerados circunstâncias protetoras, as quais podem eliminar ou minimizar os efeitos de risco e das vulnerabilidades.

Crianças e jovens nessas situações recebem o apoio social com um fator de proteção, o qual se estabelece a partir do processo de socialização, sendo que esta tem sido explicada na literatura atual a partir de diferentes conceitos, como relações e suporte social (COSTA; DELL'AGLIO, 2011, p.223).

O apoio social é considerado a interface entre o sujeito e o sistema social de que ele participa (Garmezy & Masten, 1994). O conceito de apoio social remete aos aspectos positivos das relações sociais, como o compartilhamento de informações, o auxílio em momentos de crise e a presença em eventos sociais (Andrade, Chor, Faerstein, Griep, Lopes & Fonseca 2005; Andrade & Vaitsman, 2002; Choret al., 2001). O apoio social tem uma característica de diminuir ou deter os efeitos do estresse (Bao, Hass, & Pi, 2007) e refere-se ao grau em que as relações interpessoais atendem a determinadas necessidades ou funções (Lever & Martinez, 2007).

Na rede social, no entanto, considera este como um conjunto de relações sociais próximas e significativas, que representam o apoio percebido e recebido pelos indivíduos (BRITO & KOLLER, 1999). Esse auxílio dado aos indivíduos é oferecido pelo Programa Rede Cidadã que será apresentado a seguir.

2.1 O PROGRAMA REDE CIDADÃ

O programa Rede Cidadã foi criado em sete de dezembro de dois mil e doze. Trata-se de um projeto federal que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Tem por finalidade promover a integração do poder Público e Comunidade, por meio de atividades e ações proativas que desenvolvem a inclusão através da identificação de crianças, adolescentes e jovens na comunidade que precisam de uma oportunidade, seja pela sua condição econômica ou por risco infracional, oferecendo condições para construção da sua cidadania, o que possibilita viver em comunidade, de forma harmoniosa, respeitosa, usufruindo dos seus direitos e respeitando o direito dos outros.

Quanto à estrutura física, o programa funciona na Base Comunitária de Segurança Pública, sendo um local muito bem conservado, organizado e arejado para realização das atividades. Constituído de sala de atendimento individual, sala de atendimento em grupo, sala administrativa, banheiros masculino e feminino e também uma cozinha, onde é servido lanches aos integrantes do programa.

Em relação aos recursos humanos conta com uma equipe formada por pedagogas que dão suporte pedagógico e fazem os cadastros e acompanhamentos, assistente social na qual tem por função o atendimento domiciliar e encaminhamentos a programas sociais disponíveis no município, psicóloga que realiza atendimentos individuais e Policiais Militares que são responsáveis pelo setor administrativo e realizam as atividades propostas na instituição.

O programa desenvolve atividades esportivas e culturais como aulas de violão, futebol de campo, futsal, karatê e capoeira como alternativa de prevenção à violência, trabalham também no combate ao consumo e tráfico doméstico de drogas, à prostituição infantil, bem como o resgate de valores das crianças e adolescentes.

Por meio de ações educativas busca fazer o resgate da cidadania, de forma que o aluno aprenda lidar com seus potenciais e reconhecer os seus limites, de forma que ao terminar o ciclo esteja o participante cômico dos valores que norteiam a nossa sociedade e apto a atuar, de forma participativa, na comunidade.

Em relação ao público foi realizada uma pesquisa nos arquivos e documentos. Estes registram cento e quinze crianças e adolescentes que foram encaminhados e que procuraram o programa. Sendo que desses cento e quatro estão participando, correspondendo a 90%. Com este percentual é possível verificar o interesse e satisfação dos participantes com as atividades oferecidas pelo programa.

Os sujeitos inscritos são quarenta do sexo feminino apresentando um percentual de 38% e sessenta e quatro do sexo masculino referente a 62%. Diante do exposto, questiona-se a predominância do sexo masculino deve-se ao envolvimento desses em situações de agressão e indisciplina? Ou as atividades do programa são mais direcionadas para esse público?

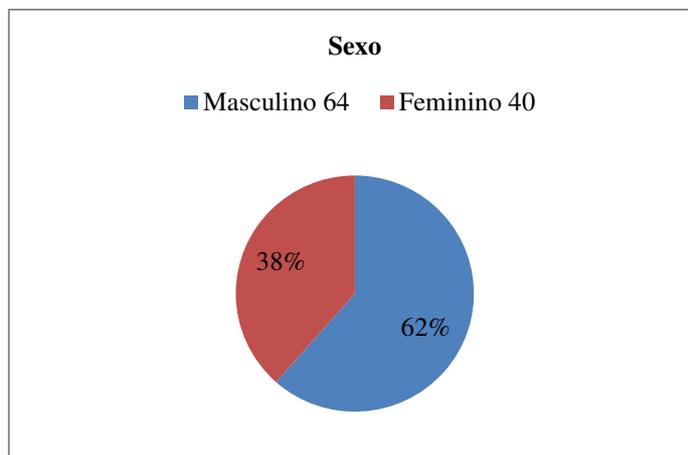


Gráfico 1 – Dados referentes ao sexo.

Em relação à idade houve um predomínio na faixa etária de nove aos quatorze anos, tendo em vista que para a inserção no programa é necessário ter a idade mínima de nove anos. Entretanto os que aparecem com idade de seis a oito anos representando 4% do percentual, já participavam de outro projeto e foram inseridos no programa.

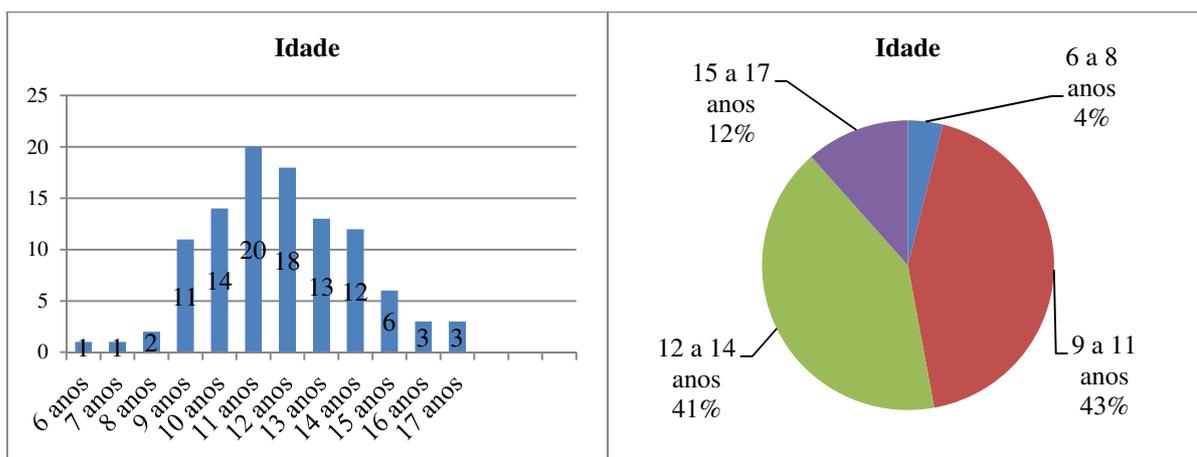


Gráfico 2 – Dados referentes à idade.

No que se refere às escolas há um destaque dos participantes que frequentam as instituições do bairro onde acontece o programa, Escola Estadual Frei Ambrósio, Caic e Escola Municipal Vila Real.

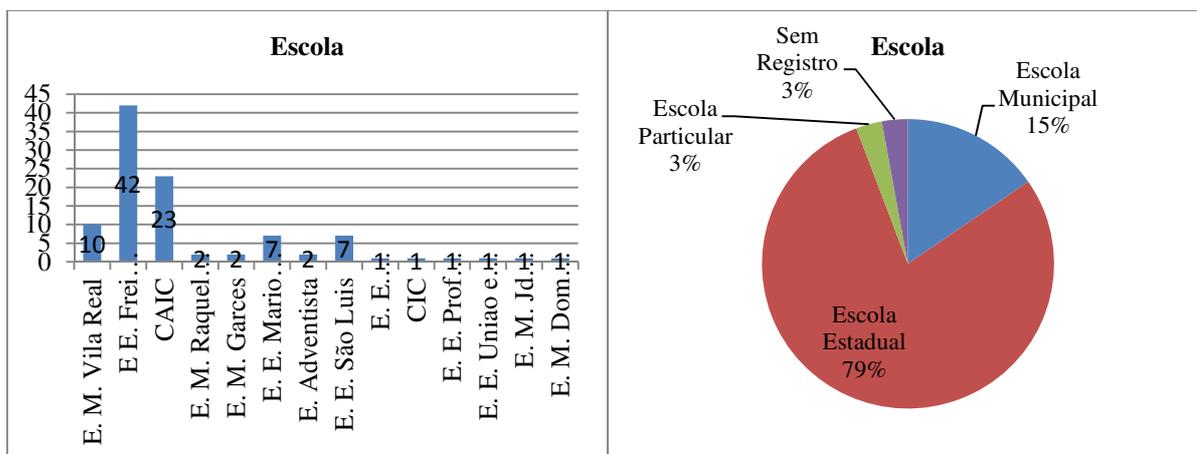


Gráfico 3 – Referente às escolas.

Comparando ao público entre as escolas a maioria são alunos das escolas estaduais, seguido das escolas municipais e um pequeno índice das particulares, sendo que três destes não se tem informações sobre a instituição que estuda.

Nas questões apresentadas sobre o quesito dos integrantes procurarem ou serem encaminhados, foi notório diante dos dados coletados que o maior índice é de procura espontânea, apresentando 77% dos participantes. Segundo relatos eles procuram o programa em busca de atividades que são oferecidas gratuitamente proporcionando novos conhecimentos e oportunidades, tendo em vista as baixas condições sócio econômicas que não permitiriam acesso em outras condições.

Esse contexto remete a afirmação de Abramovay, et al. (2002), que as condições econômicas são fatores a considerar no contexto da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social. A autora ressalta que aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social, podem ser influenciadas por essa situação.

Quanto ao índice de encaminhados um pequeno percentual permanece no programa correspondendo a 23%. Mostra-se, portanto, a necessidade que existe do mesmo fortalecer as atividades terapêuticas direcionadas a estes que não permanecem, principalmente por se tratarem de adolescentes. Assim questiona-se: Será que a ausência está relacionada à falta de interesse nas atividades propostas, tendo em vista a fase em quem se encontram? Ou por resistência de estar em uma base comunitária policial?

Nas atividades oferecidas, destacam-se maior concentração nas aulas de violão, capoeira e pintura. As atividades recentes realizadas, futebol e grupo terapia, não aparecem

no gráfico abaixo, pois é uma atividade que não está registrada na ficha de triagem do programa.

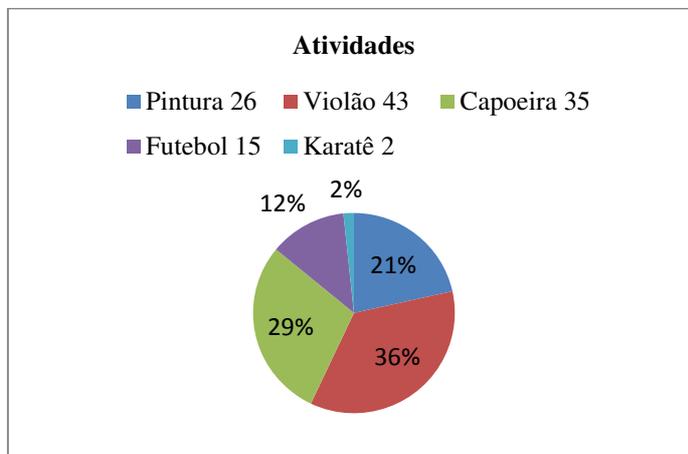


Gráfico 4 – Dados referentes às atividades.

Através dos dados coletados nota-se a relevância no item agressividade com 70%. É importante ressaltar que o comportamento agressivo é próprio da espécie humana, podendo ser uma forma de expressar, de ser visto e ouvido em suas necessidades e desejos. Sendo assim, tende-se a considerar que essa forma de comportamento e expressão, física e verbal, faz parte do processo de interação dessas crianças com o mundo à sua volta. Entretanto devido o alto índice essa foi uma das temáticas utilizadas nas dinâmicas visto a importância de trabalhar o comportamento agressivo.

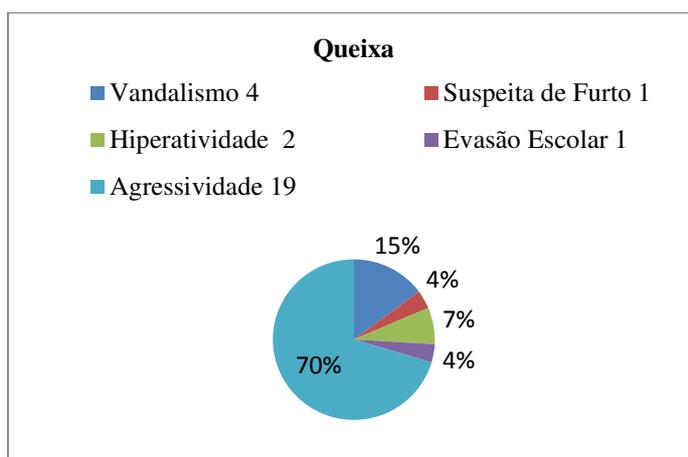


Gráfico 5 – Dados referentes às queixas apresentadas.

Diante dessas atividades oferecidas pelo projeto e o público atendido pode-se considerá-lo como um Programa de atendimento que analisa um conjunto de relações sociais

próximas e significativas como uma forma de apoio social apresentado por Brito & Koller (1999).

Complementando essa rede de apoio foi proposta a realização de práticas psicológicas grupais com as crianças e adolescentes encaminhadas pelas pedagogas.

2.4 AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

No primeiro encontro foi realizada anamnese com as crianças e adolescentes com o objetivo de estabelecer a relação, conhecer e obter dados pessoais, familiares e ambientais a respeito do sujeito, para assim direcionar-se a terapêutica.

Através dos dados obtidos foi possível observarmos várias problemáticas como: desestruturação familiar, agressividade, fatores de risco social e a necessidade de explorar um pouco mais sobre a sexualidade.

Com o levantamento dessas hipóteses foi proposto o trabalho com dinâmicas de grupo abordando as problemáticas, pois constituem um valioso instrumento educacional que pode ser utilizado para trabalhar o ensino-aprendizagem quando opta-se por uma concepção de educação que valoriza tanto a teoria como a prática e considera todos os envolvidos neste processo como sujeitos.

As intervenções aconteceram durante o período de março a junho e de agosto a outubro de 2013, cento e quatro crianças e adolescentes participaram das dinâmicas de grupo, sendo a faixa etária dos participantes de 08 a 17 anos de idade. Os encontros aconteceram semanalmente, tendo a duração aproximada de uma hora e meia cada grupo, com enfoque reflexivo que aconteceram em uma sala disponibilizada pela instituição, onde os participantes foram divididos em quatro grupos, separados por idade e pelo turno de estudo.

A condução das práticas psicológicas seguiram os princípios e orientações de autores que versam sobre o trabalho em grupo como promotor de saúde e cidadania. Como sugere Silva (2002), foram aplicadas técnicas que possibilitaram e facilitaram aos integrantes do grupo vivenciar seus sentimentos e percepções sobre determinados fatos ou informações, refletirem sobre eles, ressignificarem seus conhecimentos e valores, e perceberem possibilidades de mudanças.

A primeira dinâmica a ser desenvolvida foi o Contrato Terapêutico e Dinâmica de Quebra Gelo de Apresentação com o objetivo de esclarecer sobre o processo psicoterapêutico e quebrar o gelo entre os integrantes do grupo, promovendo a apresentação, ou seja, contato inicial, desinibir os participantes, conhecer as características de cada um e entrosamento do

grupo, no seu primeiro contato. Os participantes foram convidados a sentar em círculo onde cada um recebeu um formulário para preencher sobre suas características, e em seguida foi solicitado que eles trocassem com o colega e apresentasse-o. De início ficaram um pouco inibidos apresentando dificuldades em se expressarem, relataram também ser constrangedor ouvir o outro falando de suas características.

Na dinâmica “Como é que me veem e eu, como é que me vejo?” os participantes foram convidados a sentarem em círculo e em seguida foi distribuído a eles um formulário onde deveriam preencher com informações sobre como ele se vê e qual a percepção que os outros têm sobre ele e em seguida apresentar ao grupo.

Este encontro teve como objetivo a observação e tomada de consciência dos aspectos positivos e negativos da própria personalidade e da personalidade dos outros, favorecendo uma reflexão sobre auto e hetero-percepção.

Na realização, o grupo apresentou-se desinteressado, desmotivado com a atividade, mas realizaram. No momento da apresentação apresentaram muita resistência em expor o que havia escrito, dificultando muito o desenvolvimento do nosso trabalho, pois com o desenvolvimento desta dinâmica é possível obter um conjunto de características da personalidade de cada um dos componentes do grupo, tal como aparecem aos olhos dos outros.

No desenvolvimento da dinâmica “Expressando a Sexualidade” o objetivo proposto foi discutir com os adolescentes as manifestações da sexualidade e refletir sobre os papéis sexuais e os estereótipos vigentes em nossa cultura, possibilitando um questionamento nas relações e nas diferenças existentes.

Foi proposto aos participantes que eles formassem grupos de 3 a 4 participantes, em seguida foi distribuído aos grupos cartolina, revistas, jornal, tesoura, cola e lápis de cor, para que eles representassem neste cartaz o que entendem sobre sexualidade, após a construção desse cartaz o grupo elegeu um representante para explicar o real significado e em seguida foi discutido o tema com todos os integrantes do grupo.

O grupo mostrou-se um pouco assustado com o tema, mas foi possível que vários pontos fossem discutidos, sendo o que mais evidenciou foi à confusão entre sexo e sexualidade, que para eles tinha o mesmo significado. Alguns apresentaram resistência em discutir o tema, mas de uma forma ou de outra possibilitou-lhes reflexão.

A dinâmica proposta com o tema “Porque tanta diferença?” teve como finalidade proporcionar aos participantes a reflexão sobre o significado do masculino e feminino na sociedade atual e discutir como eles percebem os papéis sexuais entre homens e mulheres.

Solicitou-se aos participantes que eles fizessem uma lista com as vantagens e as desvantagens do sexo oposto e em seguida apresentassem ao grupo. No momento da apresentação ficou evidente a dificuldade encontrada em explicar o que foi proposto na dinâmica, tendo como enfoque as diferenças do homem na sociedade e não a própria forma de gênero como foi citado pelos participantes do grupo, portanto não atingimos o objetivo almejado.

“Somos nós que fazemos a vida”, foi o tema da dinâmica realizada com o objetivo de fazê-los refletirem sobre as coisas que ameaçam a nossa vida, em seguida foi colocado uma música de fundo para que pensassem nas coisas que ameaçam suas vidas (violência, doenças, trânsito, entre outros), depois de alguns minutos foi solicitado que cada um começasse a falar sobre o tema, como por exemplos os seus sentimentos de medo, cansaço, tristeza, decepção, raiva, indiferença, pavor frente ao que lhes ameaça a vida.

O grupo no início estava muito disperso, entretanto o sentimento que apresentou mais ênfase com os meninos foi a “raiva”, e as meninas o sentimento que prevaleceu foi o “medo em relação à perda da família”.

O tema família foi abordado como objetivo de perceber as semelhanças e diferenças entre a família real e a desejada através da dinâmica “A família que tenho ou A família que gostaria de ter”.

Esta dinâmica desempenhou um interesse mais elevado, onde ao desenharem as devidas famílias havendo uma interação entre o grupo na qual cada um comentou sobre sua família, porém mesmo com alguns defeitos apontados por eles, se mostraram felizes e incapazes de querer mudar alguma coisa. Isso mostrou que o grupo precisava desse momento para expor suas angústias e alguns ressentimento em relação à vida familiar.

Na realização da “Dinâmica do Desafio” teve como intuito a percepção do quanto os desafios nos trazem medo, foi proposto aos participantes que ficassem em círculo, em seguida colocou-se uma música animada e pediu-se que fossem passando a caixa, dentro dela havia uma ordem a ser cumprida com quem ela ficasse no momento que a música parasse. Os que ficaram com a caixa nas primeiras vezes, tiveram a chance de decidir em abrir ou não.

Evidenciaram-se nessa dinâmica diversos sentimentos aflorados, como medo, angústia ansiedade entre outros. Os participantes passavam a caixa de tal maneira que ninguém queria pega-la, com medo de pagar algum mico. Notou-se que a maioria dos integrantes possui medo de enfrentar o desconhecido, já que eles não sabiam o que havia realmente dentro da caixa.

Durante a realização das intervenções além das dinâmicas desenvolvidas com as crianças, foi realizado palestras com os pais abordando temas que haviam sido discutidos,

com o objetivo de sensibilizá-los em questões que notamos estar desajustadas, relacionadas a sexualidade, papéis familiares, desestruturação familiar, indisciplina entre outros, refletindo então nos comportamentos apresentando pelas crianças durante a realização do trabalho.

De acordo com PEREIRA (2009) o ambiente familiar em que estão inseridos reflete na etiologia e manutenção de problemas pessoais.

No encerramento foi realizado a Dinâmica de Despedida e Confraternização, com o objetivo de conhecer as opiniões dos participantes sobre o que havia sido desenvolvido durante os encontros. Eles comentaram sobre os pontos negativos e positivos. Como ponto positivo eles descreveram que puderam falar de seus problemas, colocar suas opiniões e tirar suas dúvidas, conversar sobre assuntos como a sexualidade, à violência e a família. Entretanto, como ponto negativo narrar a má dificuldade, no início dos atendimentos, de verbalizar sobre esses assuntos e falar de si mesmo em público.

Quanto à dificuldade de verbalização no início dos atendimentos, foi notória no decorrer das dinâmicas a evolução dos participantes, conforme salienta Lúcia Afonso (2006, p.34 e 35) a dimensão terapêutica, através das dinâmicas, promove a compreensão sobre questões subjetivas, interpessoais e sociais e facilita a expressão, isto é, a verbalização dos sujeitos no grupo.

Durante os encontros, além dos temas acima abordados, outras questões foram discutidas, como sigilo das informações, a ética e o respeito à diversidade, e especialmente, a compreensão do conhecimento do trabalho do psicólogo, que inicialmente, era confundido com outros profissionais (médicos, professores).

Ressalta-se que um número pequeno de pessoas decidiram não mais fazer parte dos atendimentos, mas mesmo assim, pode-se notar um bom desenvolvimento dos grupos formados por participantes que se engajaram voluntariamente, sendo possível proporcionar um espaço de reflexão e de prevenção aos que permaneceram.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência de um programa voltado a participação e trabalhos grupais, desenvolvido no núcleo policial em atenção às vulnerabilidades das crianças em Cáceres-MT, notou-se a importância que a realização de práticas preventivas possui na comunidade, tratando-se também de instrumentos eficazes no problema que em muito afeta nossa sociedade, especialmente as crianças e os adolescentes, a *violência e agressividade*.

Dessa forma, as atividades realizadas no grupo terapia possibilitaram aos participantes a refletirem, trocarem experiências, aprenderem com o outro e ressignificarem suas vivências, pois a partir dos relatos dos participantes pode-se perceber que o objetivo de proporcionar um espaço reflexivo foi alcançado. Os participantes dos grupos puderam, através das dinâmicas realizadas, pensar criticamente sobre sua condição de vulnerabilidade social e sobre as relações de poder e dominação que mantém a exclusão, visando assim à busca da transformação da realidade cotidiana, a partir de um contexto de reflexividade e de prevenção.

Acredita-se que, após a continuidade da realização de atendimentos psicológicos grupais e novas pesquisas, possibilitará o aperfeiçoamento do programa em relação à atuação do psicólogo nos grupos comunitários, pois de certa forma as crianças e os adolescentes ainda se encontram na situação de vulnerabilidade, isto é, estudam na mesma escola, residem no mesmo bairro e convivem com os mesmos grupos de amigos, a diferença é que o Programa Rede Cidadã, especialmente as práticas psicológicas lhes ajudaram a enfrentar a situação de vulnerabilidade de outra maneira, isto é, através do fortalecimento da autoestima, dos vínculos afetivos e da valorização da família.

Não se descarta, em hipótese alguma, a importância do trabalho clínico individual; no entanto, considera-se que, no campo da psicologia grupal, ele deve constar como um recurso dentre uma série de outros dispositivos voltados para um trabalho que em grupo se mostram sensíveis ao comportamento de seus membros, o conhecimento do sofrimento e da situação de vulnerabilidade que os participantes compartilham, bem como valorizando o próprio contexto social em que vivem, dessa forma potencializando ações conjuntas. Destaca-se que futuras pesquisas e atendimentos poderão ampliar a construção de uma intervenção mais ampla junto à comunidade, bem como na adesão das pessoas ao Programa.

Por fim, as práticas psicológicas junto ao programa Rede Cidadã têm propiciado diversas reflexões sobre o papel do psicólogo na Comunidade, a prática tem mostrado que tal estágio oferece um campo extremamente rico para os alunos, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades com diferentes demandas como com a realidade da comunidade.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002. Disponível em: <www.aconchegodf.or.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>. Acesso em 02 dez. 2013.

AFONSO, Maria Lucia Miranda. (Org.). Oficinas em Dinâmicas de Grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. **A psicologia social, comunitária e social comunitária**: definições dos objetos de estudo. Ver. Psicologia em foco v. 3 (2), 2009 Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/psicologia/files/Comunitaria.pdf>>. Acesso em: 30 dez. de 2013.

BEHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manuel Antonio dos. **O terapeuta na psicoterapia de grupo**. Rev. Latino-Am. Enfermagem v. 13 nº 2. Ribeirão Preto mar./abr. 2005. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 01dez. 2013.

BRITO, R., & KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: A. M. Carvalho (Ed.), **O mundo social da criança**: Natureza e cultura em ação (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069/90 de 13 jul. de 1990. CARVALHO, G. S; GONÇALVES, A; RODRIGUES, V. **O modelo biomédico e a abordagem de promoção da saúde na prevenção de comportamentos de risco**. Jan. 2008. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7640/1/BM%20%26%20HP%20comp-risco.pdf>>. Acesso em 23 de mar. de 2013.

COSTA, Leticia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena. **Adolescência e Juventude**; vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo, ed. Casa do Psicólogo, 2011.

LESCHER, Auro Danny et al. **Crianças em situação de risco social**: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde. São Paulo, set. 2004. Disponível em: <<http://www.projetoquixote.epm.br/publicacao.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2013.

ORNELAS, José. **Psicologia comunitária**: origens, fundamentos e áreas de intervenção. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v15n3/v15n3a02.pdf>>. Acesso em 01 dez. de 2013. p.375-388, 1997. OSORIO, Luiz Carlos. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, RosalinaCarvalho da.**Por que trabalhar com grupos para promoção de saúde e cidadania.** In: Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania. São Paulo:Vetor, 2002, p. 39-61.

VITIELLO, Nelson et al. **Manual de dinâmicas de grupo.** São Paulo, Editora Iglu, 1997. Disponível em:<http://entline.free.fr/ebooks_br/00306%20%20Manual%20de%20Din%20mic%20de%20Grupo.pdf>. Acesso em 06 dez. 2013.

WHO - **World Health Organization.** (1993) Street Children and Substance abuse. World Health Forum, 14 (4): 434-435.